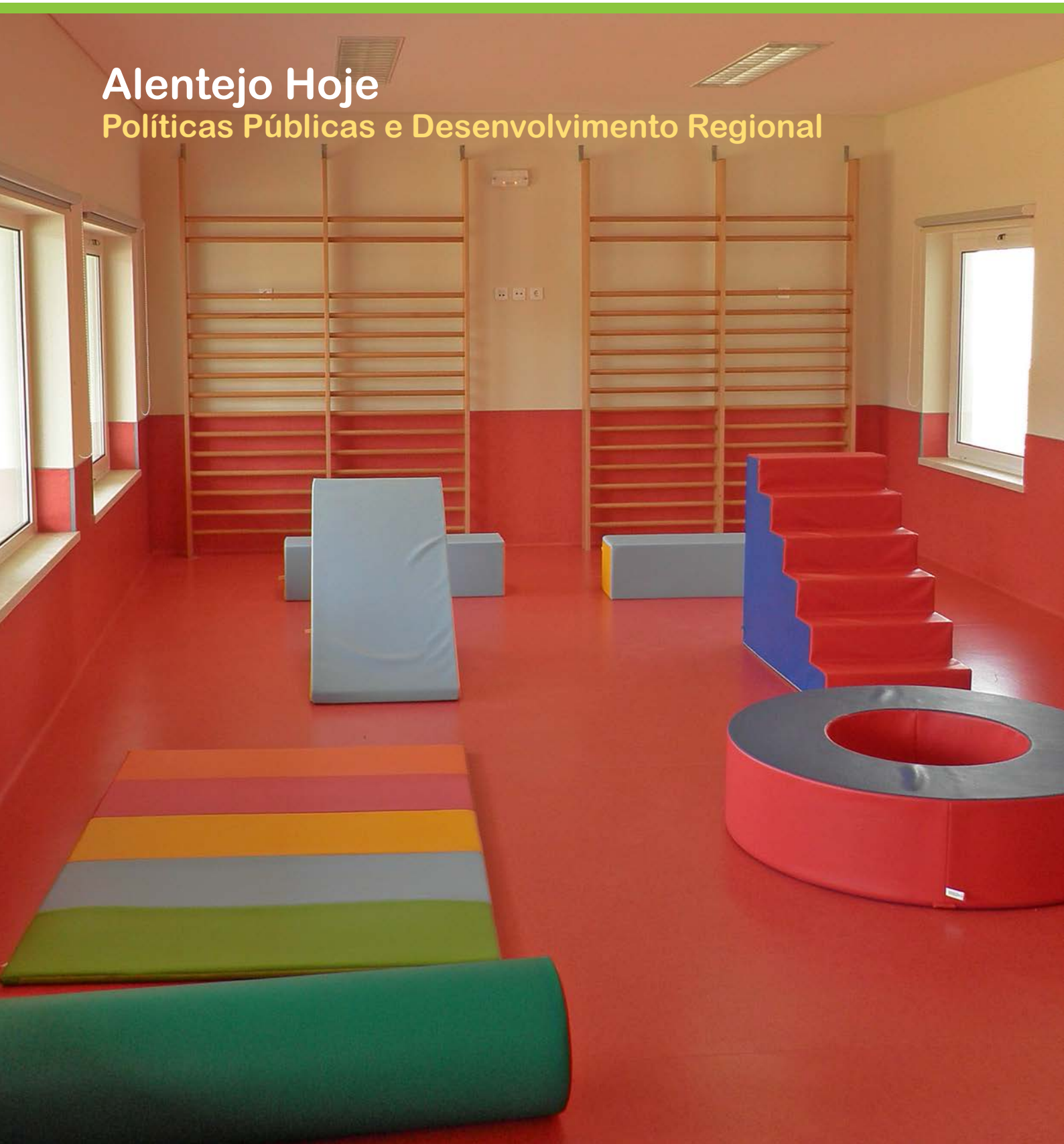


## **Alentejo Hoje**

**Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**











A requalificação do parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, assente no conceito de Centro Escolar, visa completar o fecho da rede escolar em cada um dos municípios do país, concretizando o seu reordenamento e evoluir para edifícios que, desejavelmente, integrem o 1.º ciclo do ensino básico e a educação pré-escolar e se encontrem apetrechados com espaços destinados à instalação de biblioteca, polivalente/refeitório e sala de professores, para além de um conjunto de áreas multifuncionais que contribuirão para a melhoria da qualidade do espaço educativo e que poderão, igualmente, ser partilhados pelas comunidades locais em que as escolas se inserem.

## Ficha Técnica

### Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional  
do Alentejo  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193  
7004-514 Évora  
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562  
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

### Director:

João de Deus Cordovil

### Director Executivo:

José Figueira Antunes

### Concepção Gráfica e Paginação:

Divisão de Informação e Informática

### Colaboraram neste número:

Amável Candeias  
António Costa da Silva  
Carlos Almeida  
Joaquim Aranha  
Teresa Godinho

**Tiragem:** 300 ex.

**Edição:** Junho 2011

Centro Escolar da Comporta Município de Alcacer do Sal



## Índice

### 5

Nota de Abertura

### 6

Monitorização Regional do QREN

### 11

Monitorização do INALENTEJO

Análise de Progresso

Contratualização Com As Comunidades Intermunicipais

Centros Escolares



## Nota de Abertura

As dinâmicas mais recentes mostram que o Alentejo está num processo de transição, resultante da transformação/renovação da sua base económica, da maior abertura aos espaços envolventes e do surgimento de novas actividades, particularmente nos domínios da agricultura, do turismo, das energias renováveis, da aeronáutica e da logística.

Numa visão pró-activa do desenvolvimento regional o acompanhamento continuado do desempenho da região tem importância acrescida, particularmente em contextos de incerteza e mudança, porque permite flexibilizar actuações e adaptar as trajectórias de desenvolvimento. Neste sentido, conhecer as novas realidades e as dinâmicas territoriais que lhes estão subjacentes é fundamental para melhorar o posicionamento competitivo do Alentejo e transformar eventuais constrangimentos em oportunidades de desenvolvimento, contribuindo assim não só para a definição/reformulação de instrumentos de política pública mas também para uma visão estratégica sobre o desenvolvimento do Alentejo.

A edição que agora se inicia do Boletim Trimestral “ Políticas Publicas e Desenvolvimento Regional” visa disponibilizar periodicamente um conjunto de informação sobre a execução e os impactes dos principais instrumentos das políticas públicas, em particular dos que decorrem da política de coesão da União Europeia e que integram o Quadro de Referência Estratégico Nacional ( QREN ),bem como acompanhar a evolução económica e social, territorial e ambiental da região.

Nesta 1ª edição, com informação reportada a 31 de Março de 2011 pp, destacam-se os 2177,9 milhões de euros de Fundo Comunitário já aprovados para a região, o que correspondendo a 4 218 candidaturas aprovadas e a um investimento total de 4 181, 3 milhões de euros.

O número de candidaturas aprovadas na região representava, em final de Março de 2011, 12% do total de candidaturas aprovadas no país e envolvia 15,2% do total de

fundos aprovados no QREN em Portugal.

Para terminar, uma referência particular para o INALENTEJO, em que o compromisso assumido corresponde a 65,3% ( 567,5 milhões de euros FEDER ), o que, a cerca de dois anos e nove meses do fecho do programa e num contexto particularmente difícil para o financiamento nacional de projectos públicos e privados, corresponde a uma capacidade significativa de investimento por parte dos principais beneficiários do programa.

Ainda no âmbito do INALENTEJO, uma nota de destaque para o papel da contratualização com as Comunidades Intermunicipais bem como para o desenvolvimento significativo da orientação política do governo quanto à qualificação da rede escolar, mediante a aprovação de 59 centros escolares, com um investimento previsto de 88 M€.

O Boletim Trimestral está disponível em <http://webb.ccdr-a.gov.pt>

**João de Deus Cordovil**

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

## Monitorização Regional do QREN

(Situação reportada a 31 de Março de 2011)

No quadro da política de coesão da União Europeia as denominadas Regiões de Convergência em Portugal Continental são três: Norte, Centro e Alentejo. Estas regiões caracterizam-se por apresentarem maiores problemas estruturais, terem um PIB per capita inferior a 75% da média europeia e consequentemente são as principais destinatárias dos Fundos Comunitários.

### QREN no Alentejo – 4218 Candidaturas aprovadas, 2178M€ de Fundo Comunitário

Desde o início do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007) até ao final de Março de 2011, foram aprovadas cerca de 35 mil candidaturas, que no total propunham um valor de investimento que ultrapassa os 26 mil milhões de euros.

Neste contexto global, a região Alentejo acolhe cerca de 12% do total de candidaturas aprovadas e cerca de 16 % do investimento total proposto.

### Quadro 1 – Candidaturas Aprovadas no QREN

	Número	Investimento Total	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
<b>QREN</b>	<b>35.451</b>	<b>26.618.011</b>	<b>23.840.293</b>	<b>14.358.306</b>	<b>100,0</b>
Região Norte	15.669	9.358.236	8.496.552	5.550.631	38,7%
Região Centro	11.240	7.927.341	7.060.085	3.782.065	26,3%
Região Alentejo	4.218	4.181.341	3.701.603	2.177.878	15,2%
Região Lisboa	2.196	1.398.839	1.146.844	615.741	4,3%
Região Algarve	885	494.832	428.196	221.466	1,5%
Multi-regional convergência	277	1.319.631	1.237.089	791.437	5,5%
<b>Total Continente</b>	<b>34.485</b>	<b>24.680.220</b>	<b>22.070.369</b>	<b>13.139.218</b>	<b>91,5%</b>
Região Autónoma da Madeira		1.168.340	1.125.845	815.390	5,7%
Região Autónoma dos Açores		687.952	562.652	346.699	2,4%
Não regionalizado	59	81.500	81.427	56.999	0,4%

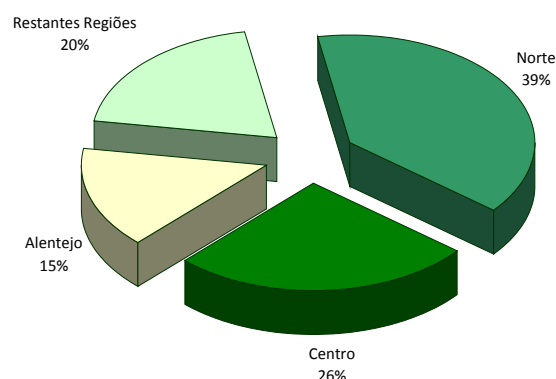
Fonte: Observatório QREN

O investimento elegível representa 90% do investimento total. O Fundo Comunitário aprovado, representa cerca de 60 % do Investimento elegível.

No que respeita aos valores de Fundo Comunitário aprovado por habitante nas regiões convergência do Continente, constata-se que o maior valor surge no Alentejo com cerca de 2900 euros de Fundo Comunitário aprovado e o menor valor vai ser encontrado na Região Norte com cerca de 1500 euros de Fundo Comunitário aprovado por habitante. Esta situação é consubstanciada pela distribuição da população em cada uma destas NUT (o Norte muito populoso e o Alentejo tem um vasto território com pouca população).

As candidaturas aprovadas na região Alentejo, no âmbito do QREN, em 31-03-2011 representam cerca de 12% do total de candidaturas aprovadas ao que corresponde 15% do total de Fundo Comunitário aprovado no âmbito deste Quadro Comunitário de Apoio.

### Gráfico 1 – Fundo Comunitário Aprovado por Regiões



### 17% do total de investimento aprovado nos PO Temáticos destina-se ao Alentejo

A análise das aprovações no âmbito dos PO Temáticos evidencia que o maior volume de investimento elegível aprovado, se encontra na região Norte, que concentra mais de 36% do investimento elegível e o Alentejo acolheu mais de 17% do total de investimento elegível aprovado no âmbito destes PO, tendo em conta as três Regiões Convergência do Continente.

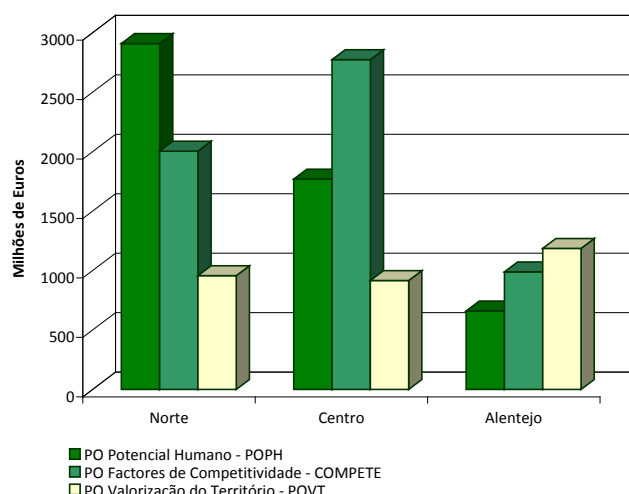
### Quadro 2 – Candidaturas Aprovadas nos PO Temáticos

Programas Operacionais	NUT II			
	Total	Norte	Centro	Alentejo
	M euros	M euros	M euros	M euros
<b>Investimento Elegível Total</b>	<b>16.442.445</b>	<b>5.870.203</b>	<b>5.458.482</b>	<b>2.834.497</b>
PO Potencial Humano	6.209.860	2.908.972	1.768.947	659.895
COMPETE	6.430.515	2.004.164	2.773.535	988.743
PO Valorização do Território	3.802.070	957.067	916.000	1.185.859

Fonte: Observatório QREN

Mas se a análise for feita individualmente por PO Temático, constata-se que a Região Norte é a que maior volume de investimento mobiliza para a valorização dos recursos humanos, enquanto a região Centro é a que apresenta mais investimento elegível para apoio ao tecido empresarial.

**Gráfico 2 – Investimento Elegível por PO Temático e Regiões**



Fonte: Observatório do QREN

Por sua vez, a região Alentejo é a que detém o maior volume de investimento elegível no POVT, fruto sobretudo dos investimentos no EFMA (Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva) e de outros investimentos estruturantes, tais como a linha ferroviária Sines - Elvas.

Quando se analisam os valores de investimento per capita, no âmbito do POPH, constata-se que o maior valor surge no Alentejo com cerca de 880 euros de investimento elegível aprovado por habitante e o menor valor aparece na região Centro com um valor próximo de 745 euros de investimento elegível aprovado por habitante.

Em contrapartida, no caso do POVT, que se encontra mais vocacionado para intervenções no território, ao fazer-se uma análise da aplicação do investimento elegível por Km<sup>2</sup> verifica-se que o maior valor obtido diz respeito à região Norte com valor de investimento que ascende a cerca de 45 mil euros por Km<sup>2</sup>, situando-se no pólo oposto as regiões Centro e Alentejo onde o investimento por Km<sup>2</sup> anda por valores de cerca de 32 mil e 37,5 mil euros, respectivamente.

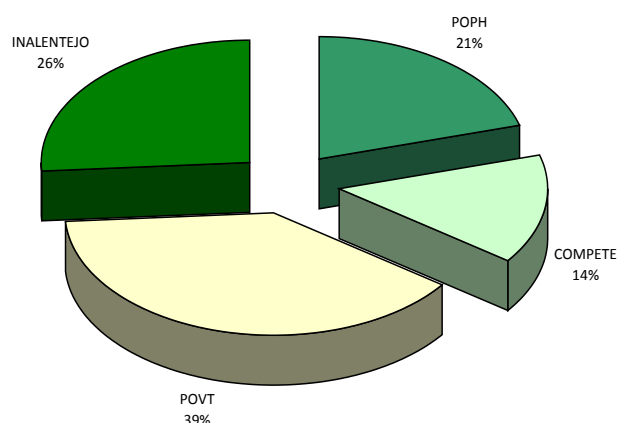
Para o COMPETE, numa análise efectuada ao volume médio de investimento elegível por empresa, constata-se que a região Alentejo é a que apresenta maior valor (14,6 mil euros/empresa), logo seguida pela região Centro (11,7 mil euros/empresa) e pela região Norte (5,6 mil euros/empresa).

### O PO Valorização do Território representa 39% dos fundos comunitários do QREN aprovados para o Alentejo

Com incidência na Região, além dos PO temáticos do QREN - Programa Operacional Potencial Humano (POPH), Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE) e Programa Operacional Valorização do Território (POVT) - há ainda a referir o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (POCTEP) que faz parte integrante do QREN, o Programa Operacional da Pesca (PROMAR), co-financiado pelo Fundo Europeu das Pescas, e o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), co-financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e que devido às suas especificidades será tratado em separado dos restantes.

Utilizando a informação regionalizada fornecida pelo Observatório do QREN, constata-se que a nível de Fundo Comunitário aprovado para a Região Alentejo, o POVT detém a maior fatia com 39%, superando mesmo o PO regional que representa 26% do total de Fundos Comunitários aprovados nesta região.

**Gráfico 3 – Fundo Comunitário Aprovado por PO no Alentejo**



Relativamente a candidaturas aprovadas o maior quantitativo regista-se no POPH, que detém 78% do total de candidaturas aprovadas. No que respeita aos outros indicadores (Investimento Total, Investimento Elegível e Fundo Comunitário), os valores mais significativos são registados ao nível do POVT com valores relativos de 43%, 42% e 52%, respectivamente.

**Quadro 3 – Candidaturas Aprovadas nos PO Temáticos no Alentejo**

	Número	Investimento Total	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
<b>Total QREN no Alentejo</b>	<b>3.136</b>	<b>3.185.486</b>	<b>2.834.497</b>	<b>1.625.636</b>	<b>100,0</b>
PO Potencial Humano	2.455	659.895	659.895	447.782	27,5%
COMPETE	430	1.164.425	988.743	312.837	19,2%
PO Valorização do Território	108	1.361.166	1.185.859	849.747	52,3%
PROMAR*	95	12.141	12.141	4.271	0,3%
POCTEP	48	14.666	14.666	10.999	0,7%

Fonte: Observatório QREN

\* - Informação disponível a 31/12/2010

Quanto aos indicadores de execução destes PO, observa-se que todos os indicadores utilizados apresentam valores percentuais mais favoráveis no contexto nacional do que no contexto regional.

**Quadro 4 – Indicadores Financeiros por PO Temáticos**

	Taxa de realização (EX/AP)		Taxa de pagamento (PG/AP)		Taxa de reembolso (PG/EX)	
	Total	Alentejo	Total	Alentejo	Total	Alentejo
	%	%	%	%	%	%
<b>Total Contratado</b>	<b>37,4%</b>	<b>29,8%</b>	<b>38,4%</b>	<b>30,7%</b>	<b>102,8%</b>	<b>103,2%</b>
PO Potencial Humano	53,5%	50,3%	52,8%	49,7%	98,7%	98,7%
COMPETE	31,2%	23,9%	34,9%	25,7%	111,9%	107,8%
PO Valorização do Território	32,8%	27,5%	32,7%	26,6%	99,7%	96,7%

Fonte: Observatório QREN

Há que destacar, quer de um modo geral, quer no que respeita ao COMPETE, que as taxas de reembolso são superiores a 100%, implicando a existência de um volume maior de pagamentos relativamente à quantidade de despesa validada.

### Nas Aprovações por NUT III, o Alentejo Central destaca-se quanto ao volume de investimento aprovado.

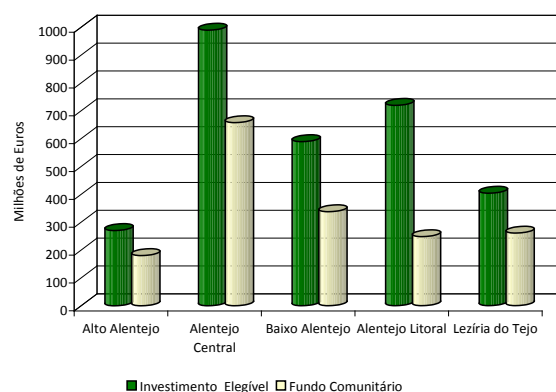
Em termos de distribuição das candidaturas e respectivos valores por NUTS III, com base nos PO onde é possível fazer-se esta desagregação, nomeadamente POVT, COMPETE e INALENTEJO, verificou-se que o maior número de candidaturas aprovadas e a maior parte do Fundo Comunitário aprovado para apoiar as operações, se encontra na NUTS III Alentejo Central (de referir que o facto das candidaturas incluídas no quadro 7 como «Alentejo (s/desagregação por NUT III)» estarem regionalizadas só ao nível da NUT II e não da NUT III, não permite que esta análise se faça também para outros programas, nomeadamente para o POPH).

**Quadro 5 – Candidaturas Aprovadas no Alentejo por NUTS III**

	Número	%	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
			M euros	M euros	
<b>Total QREN no Alentejo</b>	<b>4.218</b>	<b>100,0</b>	<b>3.729.674</b>	<b>2.195.958</b>	<b>100,0</b>
Alentejo (s/ desagregação por NUTS III)	2.455	58,2%	659.895	447.782	20,4%
Alto Alentejo	275	6,5%	270.423	180.279	8,2%
Alentejo Central	524	12,4%	989.646	657.454	29,9%
Baixo Alentejo	336	8,0%	589.178	337.576	15,4%
Alentejo Litoral	165	3,9%	719.466	247.823	11,3%
Lezíria do Tejo	315	7,5%	403.749	260.505	11,9%
Multi-regional convergência	78	1,8%	27.042	17.547	0,8%
Não regionalizado	70	1,7%	70.276	46.993	2,1%

Fonte: Observatório QREN

Contudo, se a análise for feita com base no investimento elegível aprovado, constata-se que para além do Alentejo Central também o Alentejo Litoral apresenta um volume de investimento considerável, situação esta que decorre fundamentalmente do maior volume de investimento aprovado no âmbito do COMPETE pelas empresas localizadas no Pólo Industrial de Sines, sendo a taxa média de comparticipação neste programa inferior à dos restantes.

**Gráfico 4 – Investimento Elegível e Fundo Comunitário Aprovado por NUTS III**

Fonte: Observatório do QREN

### No Alentejo os projectos aprovados nos Sistemas de Incentivos representam 1.177 M€ de investimento e apoio FEDER de 403 M€

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) mobiliza três grandes Sistemas de Incentivos (SI), que se encontram organizados em torno do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC / COMPETE) e dos Programas Operacionais Regionais.

Os Sistemas de Incentivos (SI) visam promover a produ-



tividade e a competitividade e são instrumentos fundamentais da política pública nacional para a modernização e dinamização da economia.

#### Quadro 6 – Candidaturas Aprovadas nos SI no Alentejo por NUTS

Programa Operacional	NUT III			
	N.º Projectos	Investimento Elegível	Incentivo	% de Incentivo
	N.º	M euros	M euros	%
<b>Alentejo</b>	<b>347</b>	<b>1.177.325</b>	<b>402.980</b>	<b>100,0%</b>
Alentejo Central	109	269.237	144.155	35,8%
Alentejo Litoral	39	507.802	98.655	24,5%
Alto Alentejo	45	64.385	29.046	7,2%
Baixo Alentejo	29	223.788	74.819	18,6%
Lezíria do Tejo	120	103.747	52.079	12,9%
Multi-Regiões	5	8.366	4.226	1,0%

Fonte: SI QREN

O maior volume de incentivo aprovado no âmbito dos SI encontra-se no Alentejo Central que concentra cerca de 36% do Fundo Comunitário aprovado. Já quando se avalia o Investimento elegível aprovado constata-se que é o Alentejo Litoral que se destaca com 43% do total do Alentejo.

#### Nos Sistemas de Incentivos, destaque para o valor do incentivo contratado no Alentejo Central e para o valor do incentivo pago no Alentejo Litoral

No que respeita ao volume de incentivo contratado é a NUTS III Alentejo Central que apresenta um valor maior que corresponde a mais de 1/3 do incentivo contratado, ao abrigo dos SI. Esta NUTS III, conjuntamente com a NUTS III Alentejo Litoral, detêm mais de 60% do volume de incentivo contratado no Alentejo.

#### Quadro 7 – Candidaturas Contratadas e Pagas nos SI no Alentejo por NUTS III

Programa Operacional	NUT III			
	N.º Projectos	Incentivo Contratado	N.º Projectos	Incentivo pago
	N.º	M euros	N.º	M euros
<b>Alentejo</b>	<b>328</b>	<b>383.122</b>	<b>175</b>	<b>94.104</b>
Alentejo Central	107	133.143	47	13.958
Alentejo Litoral	35	98.609	17	26.757
Alto Alentejo	41	28.903	23	9.307
Baixo Alentejo	26	74.776	18	24.928
Lezíria do Tejo	114	43.466	69	18.453
Multi-Regiões	5	4.226	1	701

Fonte: SI QREN

Relativamente ao incentivo pago verifica-se que a NUTS III Alentejo Litoral é a que apresenta maior volume de incentivo pago com um valor que supera os 28%. Esta NUTS III, conjuntamente com a NUTS III Baixo Alentejo, detêm mais de 55% do volume de incentivo pago no Alentejo.

#### Nas Aprovações por NUT III, o Alentejo Central destaca-se quanto ao volume de investimento aprovado.

O PRODER, devido às especificidades que encerra, merece um tratamento individualizado e a informação que se apresenta relativa a este PO, obteve-se a partir do Relatório de execução de 2010.

#### Quadro 8 – Valores Contratados no PRODER no Alentejo

	Investimento Total **	Despesa Pública	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
	M euros	M euros	M euros	%
<b>PRODER</b>	<b>2.724.703</b>	<b>1.996.219</b>	<b>1.530.182</b>	<b>100,0</b>
Região Alentejo	847.838	716.061	501.242	32,8%

Fonte: Dados do Relatório de Execução do PRODER e no caso do Alentejo parcialmente estimados a partir da informação presente no Relatório.

\* - Informação reportada a 31/12/2010

\*\* - Somatório dos Sub-programas 1, 3 e 4

Este Programa comporta situações de apoio distintas dos restantes PO, como sejam os apoios ao investimento (Subprograma 1) e os apoios para Gestão Sustentável do Espaço Rural (Subprograma 2), que na sua maior parte constituem medidas de minimização para compensação de perdas de rendimento associadas à manutenção de determinado tipo de actividades vegetais e pecuárias. De referir ainda os apoios para Dinamização das Zonas Rurais (Subprograma 3) e os apoios para Promoção, Conhecimento e Desenvolvimento de Competências.

Em termos concretos a nível do PRODER esta região representa mais de um terço do investimento no sector no País, da despesa pública associada a esse investimento e do apoio concedido a nível do FEADER.

#### Quadro 9 – Valores Pagos pelo PRODER no Alentejo

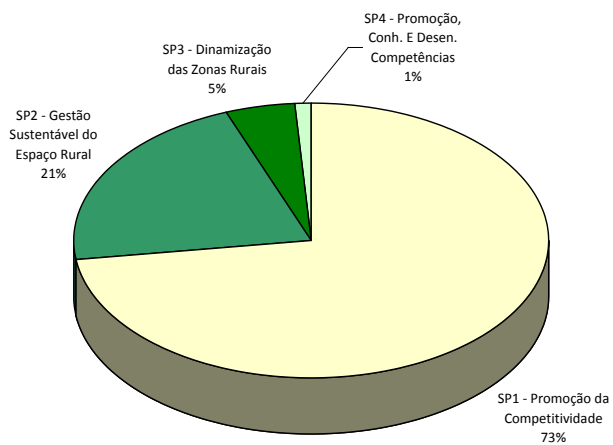
	Despesa Pública	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
	M euros	M euros	%
<b>PRODER</b>	<b>1.201.252</b>	<b>1.003.549</b>	<b>100,0</b>
Região Alentejo	253.356	198.433	19,8%

Fonte: Dados do Relatório de Execução do PRODER e no caso do Alentejo parcialmente estimados a partir da informação presente no Relatório.

\* - Informação reportada a 31/12/2010

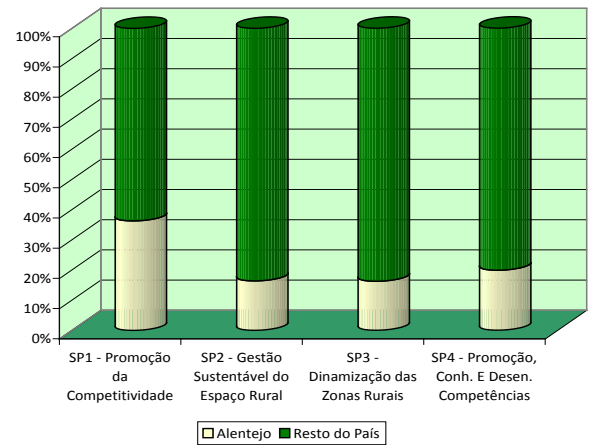
No que se refere a pagamentos, a Região Alentejo representa apenas cerca de 20% do total pago até ao momento. Esta diferença entre valores pagos e contratados tem que ver com a distribuição dos apoios, que é diferente no Alentejo, onde o maior peso de contratações recai nas candidaturas ao Subprograma 1, que até esta altura apresenta uma taxa de pagamento inferior ao subprograma 2.

Gráfico 5 – Fundo Comunitário Contratado por Subprograma do PRODER no Alentejo



A região Alentejo, devido à sua extensão e à sua vocação eminentemente agrícola e ao facto da agricultura ter nesta região uma produtividade elevada, detém uma parte considerável (cerca de 40%) do FEADER destinado a apoiar os investimentos nas explorações agrícolas no âmbito do Subprograma 1 – Promoção da Competitividade. Nas Aprovações por NUT III, o Alentejo Central destaca-se quanto ao volume de investimento aprovado.

Gráfico 6 – FEADER Contratado por Subprograma no



Centro Escolar de Alcanene



## Monitorização do INALENTEJO Análise de Progresso

(Situação reportada a 31 de Março de 2011)

O Programa Operacional Regional do Alentejo (INALENTEJO), aprovou até 31 de Março de 2011, operações que correspondem a um custo total elegível de 867,1 milhões de euros (M€) com uma participação do fundo comunitário FEDER de 567,5 M€. Este valor representa cerca de 65% do valor do Fundo Programado.

Relativamente aos valores aprovados, foi possível obter um custo total elegível validado no valor de 159.1 M€, o que representa uma taxa de realização (relação entre o fundo FEDER validado e o FEDER aprovado) de 21,2%.

### Quadro 10 – INALENTEJO, programações e aprovações por eixos prioritários

Eixo Prioritário	Programação		Aprovações	
	Investimento total	Fundo comunitário	Custo total elegível	Fundo comunitário aprovado
	Milh. euro	Milh. euro	Milh. euro	Milh. euro
<b>Total Programa Operacional</b>	<b>1.460,0</b>	<b>868,9</b>	<b>867,1</b>	<b>567,5</b>
Competitividade, inovação e conhecimento	552,8	293,6	316,7	168,4
Desenvolvimento urbano	247,7	139,9	165,5	116,3
Conectividade e articulação territorial	287,0	200,9	270,0	203,0
Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	220,4	131,4	72,0	48,0
Governança e Capacitação Institucional	121,5	77,2	30,1	20,9
Assistência Técnica	30,6	26,0	12,9	10,9

Fonte: INALENTEJO

No que respeita à distribuição do fundo aprovado no INALENTEJO por Eixos prioritários de intervenção há uma maior incidência no âmbito do “Conectividade e articulação territorial”, responsável pela absorção de 203M€, o que representa cerca de 36% do fundo aprovado. O valor aprovado neste eixo é ligeiramente superior ao aplicado no eixo “competitividade, inovação e conhecimento” (168,4M€), correspondendo, no entanto, a um maior volume de investimento, que decorre da taxa média de comparticipação destas operações ser inferior. Com relevância financeira destaca-se ainda o eixo referente ao “desenvolvimento urbano”, que representa cerca de 20% da aplicação regional do FEDER, para o que muito contribuem as operações no âmbito da Política de Cidades, nomeadamente as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação e as Parcerias para a Regeneração Urbana, iniciativas que abrangem todas as sedes de concelho da área de intervenção do INALENTEJO.

O Eixo 3 (Conectividade e articulação territorial), destaca-se também por apresentar uma taxa de compromisso superior a 100%, o que reflecte a elevada procura dos promotores a financiamento para investimentos que valorizam a articulação territorial. Este eixo prioritário é também aquele que apresenta maiores taxas de execução e de realização.

### Quadro 11 – INALENTEJO por eixos prioritários

Designação	FEDER					
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6
	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros
<b>Dotação do Fundo</b>	293,6	139,9	200,9	131,4	77,2	26,0
<b>Fundo Aprovado</b>	168,4	116,3	203,0	48,0	20,9	10,9
<b>Fundo Validado</b>	25,8	23,8	60,3	3,1	2,8	4,3
	%	%	%	%	%	%
<b>Taxa de Execução (Validado/Programado)</b>	8,8	17,0	30,0	2,3	3,7	16,5
<b>Taxa de Realização (Validado/Aprovado)</b>	15,3	20,4	29,7	6,4	13,6	39,3
<b>Taxa de Compromisso (Aprovado/Programado)</b>	57,4	83,1	101,1	36,5	27,1	42,0

Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento

Eixo 2 - Desenvolvimento urbano

Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial

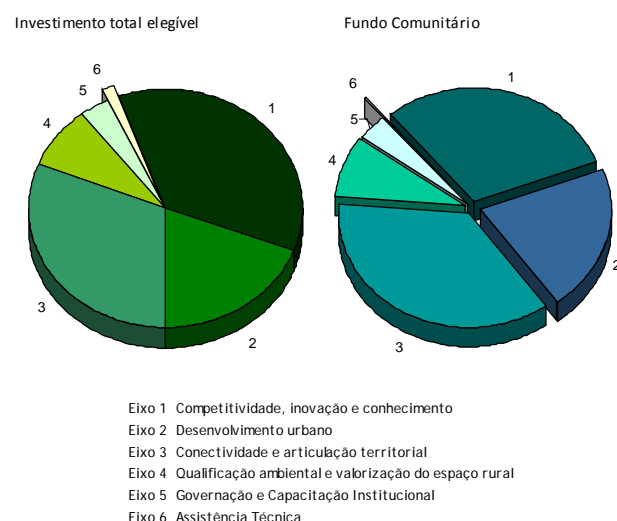
Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural

Eixo 5 - Governança e Capacitação Institucional

Eixo 6 - Assistência técnica

Fonte: INALENTEJO

### Gráfico 7 – INALENTEJO por eixos prioritários Investimento elegível aprovado Fundo Comunitário aprovado



### No INALENTEJO, no que concerne à tipologia do Beneficiário, a “administração autónoma local” acolhe 43,7% do FEDER aprovado ...

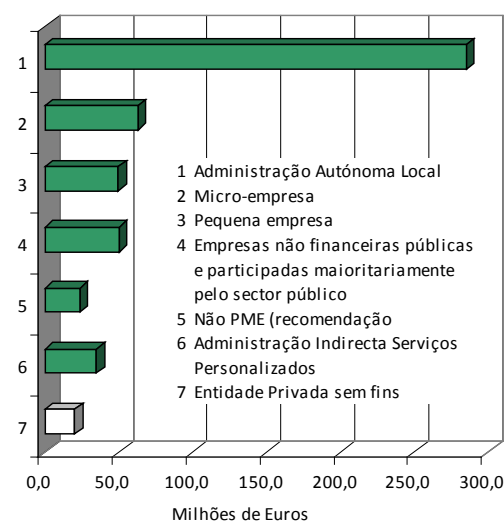
No que respeita ao tipo de beneficiário dos apoios comunitários, são as autarquias locais as principais entidades beneficiárias, de tal forma que a categoria “administração autónoma local” absorveu quase metade (43,7%) do investimento elegível aprovado, apresentando também a maior execução de fundo comunitário (60,1%).

#### Quadro 12 – INALENTEJO por tipo de beneficiário

Tipo de Beneficiário	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
<b>Total Programa Operacional</b>	<b>867,1</b>	<b>567,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>120,1</b>	<b>100,0</b>
Administração Autónoma Local	378,8	285,3	43,7	50,3	72,2	60,1
Micro-empresa	124,5	63,0	14,4	11,1	7,4	6,1
Pequena empresa	81,8	49,5	9,4	8,7	7,6	6,3
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	71,3	50,2	8,2	8,8	15,4	12,8
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	66,6	23,7	7,7	4,2	0,5	0,5
Administração Indirecta Serviços Personalizados	50,0	34,7	5,8	6,1	6,5	5,4
Entidade Privada sem fins lucrativos	30,9	20,4	3,6	3,6	0,6	0,5
Administração Directa Serviços Centrais	17,9	10,1	2,1	1,8	4,7	3,9
Fundação	15,6	10,0	1,8	1,8	0,3	0,2
Administração Directa Serviços Periféricos	12,0	9,6	1,4	1,7	4,0	3,3
Administração Indirecta Fundos Personalizados	11,8	7,1	1,4	1,2	0,9	0,8
Instituições de Ensino Superior	2,3	1,5	0,3	0,3	0,0	0,0
Centros de I&D	1,8	1,3	0,2	0,2	0,0	0,0
Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	1,2	0,7	0,1	0,1	0,0	0,0
Associações Empresariais	0,5	0,4	0,1	0,1	0,0	0,0

Fonte: INALENTEJO

#### Gráfico 8 – INALENTEJO – FEDER - por tipo de beneficiário



### ... e as microempresas beneficiam de 63.0 Milhões de euros do fundo aprovado .

O sector empresarial aparece em segundo lugar, tendo beneficiado, no final do mês de Março, de 19,8% do fundo aprovado, distribuído quer pelas microempresas, que foram responsáveis por 11,1% do fundo aprovado, quer pelas pequenas empresas que ainda absorveram 8,7% do financiamento comunitário. Com uma expressão semelhante, aparecem as empresas não financeiras públicas, (8,8%) e, com menor importância, a administração indirecta do estado (6,1%). As restantes tipologias de beneficiários têm um peso diminuto em termos de FEDER aprovado.

No que concerne ao fundo executado, a situação é semelhante, evidenciando-se um maior volume da “administração autónoma local” (72,2M€) e a restante administração pública representada em particular pelas “empresas não financeiras públicas” (15,4 M€). Estas duas tipologias de beneficiário representam cerca de 73% do Fundo Comunitário executado.

As micro e pequenas empresas são responsáveis por pouco mais de 12% do Fundo Comunitário executado.

### A coesão e o apoio directo à actividade económica beneficiam de cerca de 50% do FEDER aprovado

A análise do INALENTEJO no contexto das suas grandes áreas de intervenção permite destacar as intervenções direccionadas para assegurar serviços colectivos à população e, numa lógica de estímulo à actividade empresarial, à promoção e densificação do relacionamento empresarial, áreas de intervenção que são responsáveis por cerca de metade do FEDER aprovado no Alentejo. No quadro seguinte, destacam-se as áreas de intervenção com maior importância, em termos de valores aprovados, na Região.

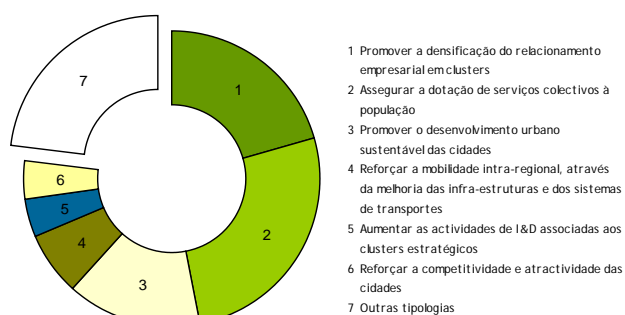


### Quadro 13 – INALENTEJO por áreas de intervenção

Áreas de Intervenção	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
<b>Total Programa Operacional</b>	<b>867,1</b>	<b>567,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>120,1</b>	<b>100,0</b>
Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters	240,4	117,4	27,7	20,7	17,4	14,5
Assegurar a dotação de serviços colectivos à população	200,9	149,6	23,2	26,4	37,3	31,1
Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades	114,4	83,2	13,2	14,7	18,4	15,3
Reforçar a mobilidade intra-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes	48,9	38,6	5,6	6,8	12,7	10,6
Aumentar as actividades de I&D associadas aos clusters estratégicos	40,5	25,0	4,7	4,4	2,6	2,2
Reforçar a competitividade e atractividade das cidades	33,4	23,1	3,9	4,1	0,7	0,6
Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental	30,2	19,7	3,5	3,5	1,5	1,2
Gerir eficientemente os recursos hídricos	24,1	16,5	2,8	2,9	1,3	1,1
Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC *	21,2	14,8	2,5	2,6	2,0	1,6
Promover a integração regional no sistema aeroportuário nacional	20,2	14,8	2,3	2,6	10,3	8,5
Iniciativa Jessica	17,7	10,0	2,0	1,8	4,7	3,9
Reforçar as conexões em rede dos actores regionais através da adopção das TIC *	16,1	11,7	1,9	2,1	3,6	3,0
Promover a revitalização económica do espaço rural	14,3	9,5	1,7	1,7	0,0	0,0
Reforçar a rede regional de parques empresariais	13,2	10,0	1,5	1,8	1,3	1,1
Assistência técnica	12,9	10,9	1,5	1,9	4,3	3,6
Outras	18,7	12,8	2,2	2,3	2,1	1,8

Fonte: INALENTEJO

### Gráfico 9 – INALENTEJO – FEDER - por áreas de intervenção



Com alguma importância, em termos de fundo aprovado, aparece ainda a promoção do desenvolvimento urbano sustentável das cidades (14,7%), o reforço da mobilidade no interior da região (6,8%) e, embora com uma importância menor, a promoção das actividades de I&D associadas aos clusters estratégicos (4,4%).

### A requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar revela uma das melhores execuções

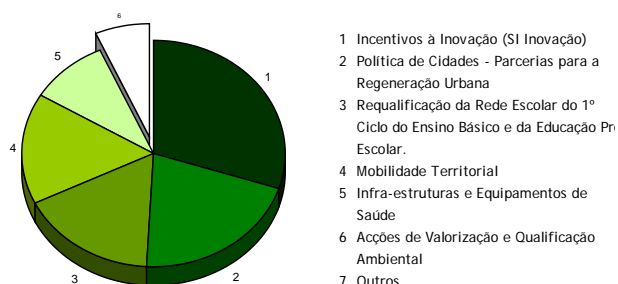
A maior capacidade de realização dos investimentos ligados ao sector da educação transparece quando olhamos para a aplicação do fundo FEDER no contexto da região Alentejo numa óptica de análise centrada na execução das operações financiadas. Na verdade, evidenciam-se as intervenções ligadas à requalificação da rede escolar, com maior proporção de fundo validado (19,6%), quase o dobro daquela que se manifesta no contexto dos incentivos à inovação (10,8%). De referir que estas tipologias apresentam uma maior proporção de FEDER aprovado (21,1 e 12% respectivamente, para cada uma daquelas tipologias). O quadro seguinte revela a tipologia de operações com maior relevância, ao nível dos valores aprovados, na Região.

### Quadro 14 – INALENTEJO por tipologia de operação

Tipologia da Operação	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
<b>Total Programa Operacional</b>	<b>867,1</b>	<b>567,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>120,1</b>	<b>100,0</b>
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	238,9	119,6	27,5	21,1	13,0	10,8
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	113,7	82,2	13,1	14,5	16,8	14,0
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Mobilidade Territorial	86,8	67,9	10,0	12,0	23,5	19,6
Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	81,3	62,8	9,4	11,1	24,7	20,6
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	55,1	38,6	6,4	6,8	8,4	7,0
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	41,4	27,0	4,8	4,8	1,3	1,1
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	30,7	14,2	3,5	2,5	2,2	1,8
Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	28,2	20,8	3,3	3,7	2,3	1,9
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	22,2	14,9	2,6	2,6	0,5	0,4
Apoio à Modernização Administrativa	21,8	15,3	2,5	2,7	2,0	1,6
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	21,4	16,5	2,5	2,9	6,1	5,0
Valorização e Animação do Património	19,9	14,5	2,3	2,5	2,6	2,1
Iniciativa Comunitária Jessica	17,7	10,0	2,0	1,8	4,7	3,9
Acções de Assistência Técnica	12,9	10,9	1,5	1,9	4,3	3,6
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	10,9	8,1	1,3	1,4	2,3	1,9
Outros	64,1	44,3	7,4	7,8	5,4	4,5

Fonte: INALENTEJO

**Gráfico 10 – INALENTEJO – FEDER - por tipologia da operação**



Com uma importância muito semelhante, no nível de FEDER validado com comprovativo de despesa, encontram-se os investimentos dentro da tipologia da mobilidade territorial, com valores próximos dos da rede escolar (20,6%). Ainda com alguma relevância, tanto em termos de FEDER aprovado como no que respeita à capacidade de realização de despesa, é possível identificar a política de cidades, no contexto das parcerias para a regeneração urbana (14,5 e 14% de despesa aprovada e validada, respectivamente) e as infra-estruturas e equipamentos de saúde, embora com uma importância menor, já consideravelmente abaixo dos 10% (6,8 e 7% de despesa aprovada e validada, respectivamente).



Centro Escolar de Benavente



Centro Escolar de Samora

Escola de Sines



EB123-Vidigueira





## Monitorização do INALENTEJO Contratualização com as Comunidades Intermunicipais

( Situação reportada a 31 de Março de 2011)

No INALENTEJO a contratualização com as cinco Comunidades Intermunicipais constituiu-se como uma nova forma de gerir regionalmente os fundos comunitários ao dispor da região e representa um volume muito significativo de investimento programado. Com efeito, encontra-se contratualizado um valor correspondente a cerca de 256 milhões de euros FEDER, ou seja, 29,5% da dotação global do programa (cerca de 869 M€ FEDER), que beneficiam todos os 58 concelhos da NUT II Alentejo que se encontram integrados nas respectivas Comunidades Intermunicipais, organizadas por NUT III.

### 226.8 M€ de FEDER aprovado para operações contratualizadas

No final do período de observação, Março 2011, no que respeita às subvenções contratualizadas com as Comunidades Intermunicipais (CIM), numa geografia coincidente com as NUT III, encontra-se aprovado um valor de FEDER de 174.5 M€. Este montante de fundo comunitário, corresponde a uma taxa de compromisso de 88,6% relativamente ao total contratualizado com as CIM que ascende aos 255.9 M€ de FEDER.

**Quadro 15 – Dotação Financeira (CIM)**

Eixo Prioritário	FEDER					
	Total	Lezíria do Tejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo
	M euro	M euro	M euro	M euro	M euro	M euro
<b>Total Contratualizado</b>	<b>255,9</b>	<b>72,0</b>	<b>33,0</b>	<b>48,0</b>	<b>58,0</b>	<b>44,9</b>
Eixo 1	54,2	9,7	7,7	10,4	14,1	12,3
Eixo 2	15,1	6,1	0,9	3,0	2,7	2,4
Eixo 3	122,6	44,8	15,6	22,2	24,9	15,2
Eixo 4	44,3	8,4	5,0	8,9	11,4	10,6
Eixo 5	19,7	3,0	3,8	3,6	4,9	4,4
<b>Total Aprovado</b>	<b>174,5</b>	<b>55,7</b>	<b>13,5</b>	<b>37,8</b>	<b>37,0</b>	<b>30,6</b>
Eixo 1	17,9	5,1	0,5	1,7	5,4	5,2
Eixo 2	9,1	1,6	0,1	5,9	0,8	0,6
Eixo 3	124,6	43,8	12,7	26,0	26,7	15,4
Eixo 4	11,8	1,9	0,0	2,1	2,6	5,3
Eixo 5	11,0	3,3	0,1	2,2	1,4	4,0
<b>Total Validado</b>	<b>46,6</b>	<b>18,3</b>	<b>6,4</b>	<b>6,7</b>	<b>11,4</b>	<b>3,9</b>
Eixo 1	6,7	0,4	0,3	0,9	4,1	0,9
Eixo 2	1,7	0,8	0,1	0,0	0,5	0,3
Eixo 3	35,8	16,0	5,9	5,2	6,5	2,2
Eixo 4	0,9	0,6	0,0	0,0	0,0	0,2
Eixo 5	1,5	0,4	0,1	0,6	0,2	0,3
Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento						
Eixo 2 - Desenvolvimento urbano						
Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial						
Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural						
Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional						
Fonte: INALENTEJO						

Em termos gerais, a contratualização apresenta uma taxa de aprovação de 68,2%, destacando-se o eixo 3 da “Conectividade e articulação territorial”, quer em termos de valor contratualizado (122.6 M€), quer no que respeita ao valor de compromisso (124.6 M€), quer ainda no que se refere à despesa validada, (35.8 M€).

O eixo 1, relativo à “competitividade, inovação e conhecimento” aparece em segundo lugar em termos da programação financeira aprovada, com valores superiores aos do eixo 4, “qualificação ambiental e valorização do espaço rural”, (17.9 e 11.8 M €, respectivamente).

### O Alto Alentejo tem a maior taxa de aprovação e o Alentejo Litoral a maior taxa de realização

Em termos geográficos, numa análise global da contratualização, verifica-se que a Lezíria do Tejo é responsável por 28,1% do valor total de FEDER contratualizado. Se se analisar o montante do fundo aprovado e validado em Março de 2011, o montante destinado àquela sub-região ainda é superior, em proporção próxima de 1/3 (31,9%) no contexto da despesa aprovada e de 2/5 (39,2%) no que respeita ao FEDER efectivamente validado naquele período.

A análise dos indicadores financeiros mostra-nos que, de uma maneira geral, as taxas de aprovação são relativamente elevadas, com valores médios de aprovação de 68,2%, destacando-se o Alto Alentejo com 78,8% e a Lezíria do Tejo com 77,3% de compromisso relativamente ao total contratualizado.

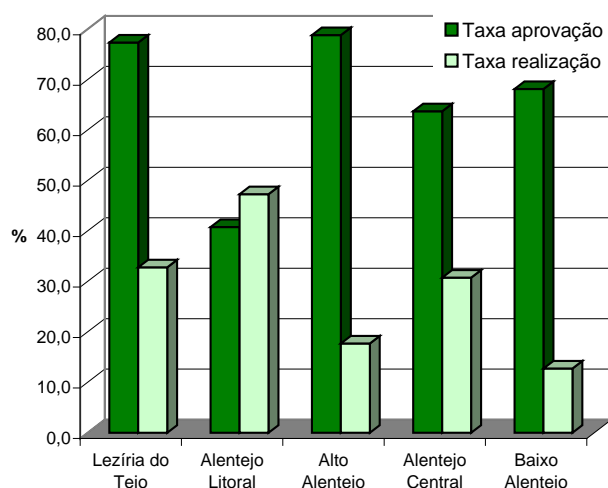
O eixo 3, “Conectividade e articulação territorial”, aparece com taxas de aprovação médias superiores a 100%, facto que só não se verifica no Alentejo Litoral e na Lezíria do Tejo.

No Alto Alentejo verifica-se também uma situação de “overbooking”, (valor aprovado superior aos contratualizados), no eixo 2, “Desenvolvimento Urbano”, com valores que representam uma taxa de aprovação próxima dos 200%.

Quadro 16 – Indicadores financeiros (CIM)

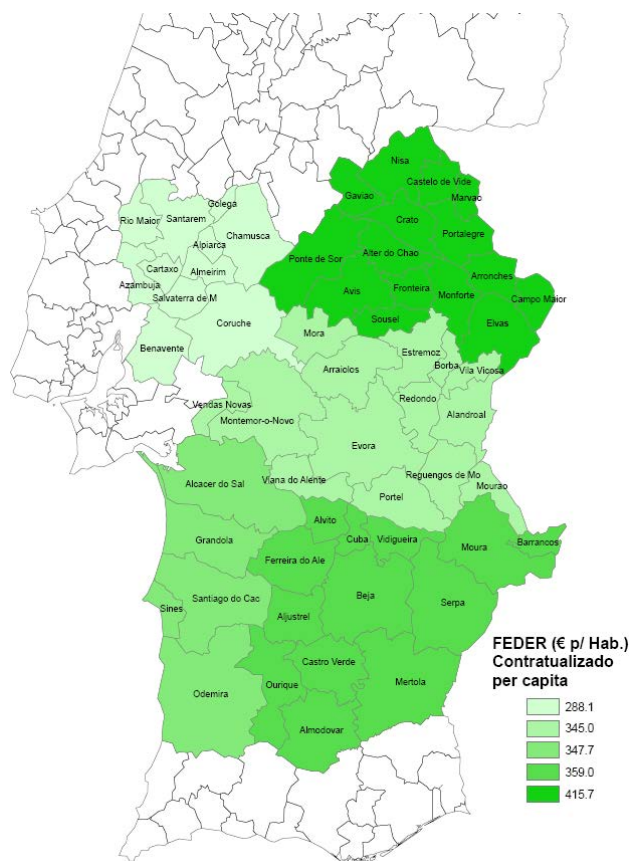
Eixo Prioritário	FEDER					
	Total	Lezíria do Tejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo
	%	%	%	%	%	%
<b>Taxa Aprovação = (Aprov. /Contr.)(%)</b>	<b>68,2</b>	<b>77,3</b>	<b>40,8</b>	<b>78,8</b>	<b>63,7</b>	<b>68,1</b>
Eixo 1	33,1	52,7	7,1	16,0	38,2	42,6
Eixo 2	60,5	26,2	16,1	199,0	31,3	26,7
Eixo 3	101,6	97,9	81,5	117,1	107,4	101,4
Eixo 4	26,6	22,0	0,0	23,2	22,5	50,0
Eixo 5	56,1	110,9	1,5	62,5	28,9	90,9
<b>Taxa Realização = (Valid./Aprov.)(%)</b>	<b>26,7</b>	<b>32,8</b>	<b>47,3</b>	<b>17,7</b>	<b>30,8</b>	<b>12,7</b>
Eixo 1	37,2	8,3	51,5	55,6	76,6	17,6
Eixo 2	19,1	50,5	95,2	0,0	61,6	42,6
Eixo 3	28,7	36,5	46,3	20,1	24,3	14,3
Eixo 4	7,6	34,6	0,0	0,0	1,8	3,8
Eixo 5	13,3	12,2	100,0	24,7	11,2	7,4
Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento						
Eixo 2 - Desenvolvimento urbano						
Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial						
Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural						
Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional						
Fonte: INALENTEJO						

Gráfico 11 – Indicadores financeiros das CIM



No que respeita à despesa já realizada, para o conjunto das CIM, nos finais de Março de 2011, a taxa de realização, que relaciona a despesa efectivamente validada com a aprovada, pouco ultrapassava os 25%. Este valor médio esconde alguma diversidade no contexto das CIM, e distingue o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo, que apresentam taxas de realização significativamente baixas (17,7 e 12,7% respectivamente) da Lezíria do Tejo e do Alentejo Central, que apresentam valores ligeiramente superiores à média regional (32,8 e 30,8% respectivamente).

Mapa 1 – FEDER contratualizado per capita, por CIM



O Alentejo Litoral constitui a CIM que regista uma taxa de realização muito superior à taxa média, apresentando um valor próximos dos 50% (47,3%).

O Mapa 1, revela que o FEDER contratualizado em cada CIM, tendo em conta o número de habitantes, nos territórios correspondentes, tem um valor per capita mais elevado no Alto Alentejo, seguido do Baixo Alentejo, o que se deve essencialmente ao facto destes territórios terem menos habitantes.

## Monitorização do INALENTEJO Centros Escolares

( Situação reportada a 31 de Março de 2011)

As intervenções nos Centros Escolares são bastante diferenciadas e respondem às situações específicas dos concelhos, tendo por base as respectivas Cartas Educativas. A maior parte das intervenções não pretende responder a qualquer acréscimo da população escolar, mas sim à necessidade de dar resposta a uma escola a tempo inteiro (dado que a maior parte das escolas do 1º Ciclo funcionava em regime duplo), ao acréscimo da oferta da educação pré-escolar (onde tem havido um crescimento relevante) e à melhoria na qualidade do espaço escolar.

Estas intervenções no Alentejo, abarcaram 59 operações, com um investimento total de 88.2 M€, o que beneficiou de uma contribuição FEDER aproximada dos 70 M€.

**Quadro 17 – Valores aprovados e executados, por concelho**

Concelhos	Nº de Centros escolares construídos	Aprovação				Execução			
		Custo total elegível aprovado		Fundo comunitário aprovado		Custo total elegível aprovado		Fundo comunitário aprovado	
		Nº	M euros	M euros	%	Nº	M euros	%	%
<b>Alentejo</b>	<b>59,0</b>	<b>88,2</b>	<b>68,9</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>23,5</b>	<b>100,0</b>		
Alvito	1	0,9	0,7	1,7	1,0	0,0	0,0		
Beja	3	8,2	6,6	5,1	9,3	4,3	18,1		
Castro Verde	1	1,4	1,0	1,7	1,6	0,2	0,8		
Odemira	1	0,6	0,5	1,7	0,7	0,4	1,6		
Ourique	2	1,0	0,8	3,4	1,2	0,0	0,0		
Serpa	2	2,9	2,3	3,4	3,3	0,1	0,3		
Vidigueira	1	0,7	0,6	1,7	0,8	0,3	1,1		
Alandroal	2	1,2	0,9	3,4	1,3	0,1	0,6		
Arraiolos	2	1,7	1,2	3,4	1,9	0,2	1,0		
Évora	2	3,9	3,1	3,4	4,4	0,5	2,3		
Montemor-o-Novo	2	2,9	2,2	3,4	3,3	0,1	0,2		
Redondo	2	3,0	2,4	3,4	3,4	1,2	5,0		
Reguengos de Monsaraz	1	1,2	1,0	1,7	1,3	0,0	0,0		
Vendas Novas	1	1,5	1,2	1,7	1,7	1,0	4,1		
Viana do Alentejo	1	1,9	1,5	1,7	2,2	0,0	0,0		
Alter do Chão	1	1,8	1,4	1,7	2,0	0,0	0,0		
Crato	1	0,6	0,5	1,7	0,7	0,0	0,0		
Ponte de Sor	1	2,2	1,7	1,7	2,5	0,7	2,8		
Portalegre	1	1,1	0,9	1,7	1,3	0,3	1,5		
Almeirim	2	4,2	2,9	3,4	4,7	2,2	9,2		
Alpiçarra	1	1,2	0,8	1,7	1,4	0,4	1,7		
Azambuja	4	5,8	4,6	6,8	6,5	2,1	8,8		
Benavente	3	4,2	3,4	5,1	4,8	2,3	9,7		
Cartaxo	1	2,3	1,8	1,7	2,6	0,0	0,0		
Coruche	3	4,6	3,7	5,1	5,2	0,6	2,4		
Golegã	2	1,3	1,0	3,4	1,4	0,6	2,5		
Rio Maior	4	5,8	4,2	6,8	6,5	2,1	9,1		
Salvaterra de Magos	2	6,6	5,3	3,4	7,5	0,3	1,2		
Santarém	3	6,0	4,6	5,1	6,8	1,8	7,6		
Alcácer do Sal	2	2,7	2,1	3,4	3,0	0,5	2,0		
Grândola	2	1,6	1,2	3,4	1,8	0,6	2,5		
Sines	2	3,2	2,4	3,4	3,6	0,9	4,0		

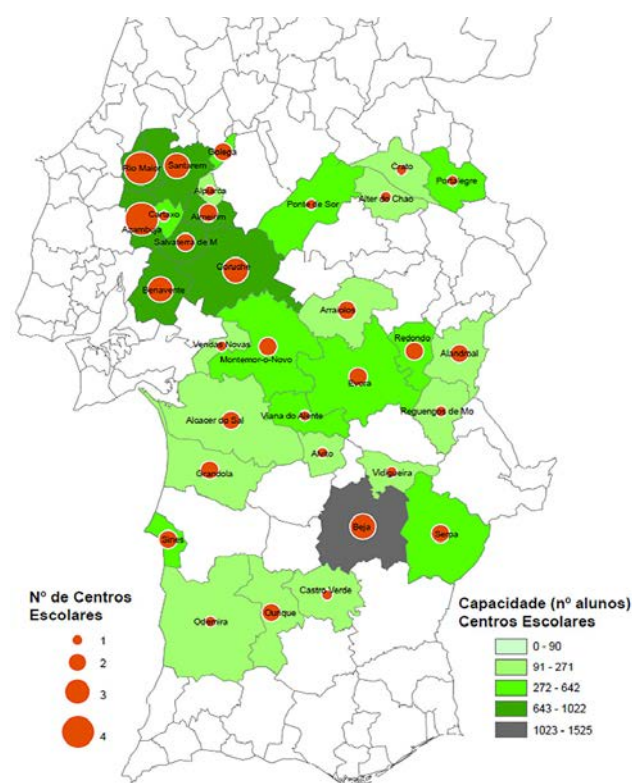
Fonte: INALENTEJO

A generalidade dos concelhos sofreu intervenções num ou em dois centros escolares, em Beja, Benavente, Coruche e Santarém foram intervencionados 3 e em Azambuja e Rio Maior quatro. Esta diferenciação condiciona a distribuição concelhia dos investimentos, com destaque para o

concelho de Beja, que representa o promotor com maior parcela de FEDER aprovado (9,3%).

A execução financeira daquelas intervenções apresenta ainda uma baixa taxa de realização que, em média, representa menos de ¼ das verbas aprovadas (23,5%).

**Mapa 2 - Territorialização dos centros escolares**



No contexto das NUT III, podemos verificar que a Lezíria do Tejo é a sub-região principal beneficiária das intervenções, absorvendo quase metade (47,5%) do investimento comunitário aprovado. O Alto Alentejo, pelo contrário, foi a que menos recorreu a este tipo de investimento, absorvendo apenas 6,5% daquelas verbas.

**Quadro 18 – Valores aprovados e executados, por NUT III**

Unidade Territorial	Nº de Centros escolares construídos	Aprovação				Execução			
		Custo total elegível aprovado		Fundo comunitário aprovado		Custo total elegível aprovado		Fundo comunitário aprovado	
		Nº	M euros	M euros	%	Nº	M euros	%	%
<b>Alentejo</b>	<b>59,0</b>	<b>88,2</b>	<b>68,9</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>23,5</b>	<b>100,0</b>		
Baixo Alentejo	11	15,8	12,5	18,6	17,9	5,2	22,0		
Alentejo Central	13	17,3	13,6	22,0	19,6	3,1	13,2		
Alto Alentejo	4	5,7	4,6	6,8	6,5	1,0	4,3		
Lezíria do Tejo	25	41,9	32,4	42,4	47,5	12,3	52,2		
Alentejo Litoral	6	7,5	5,8	10,2	8,5	2,0	8,5		

Fonte: INALENTEJO



Quando analisamos os investimentos efectuados no âmbito dos centros escolares, reportados à respectiva capacidade em número de alunos que irão beneficiar das intervenções, podemos verificar que representam um esforço financeiro médio de 5846,9 Euros por aluno.

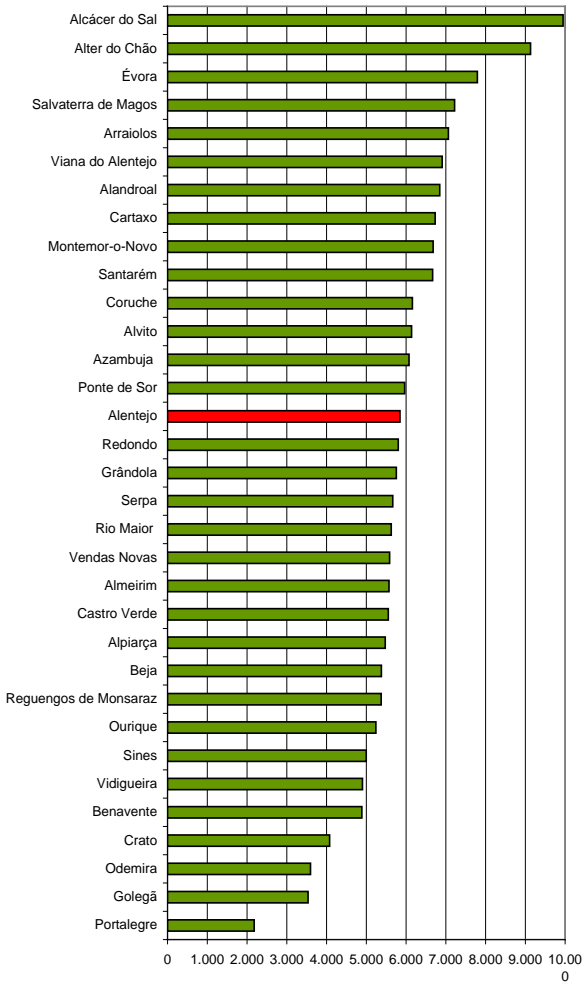
Este valor, contudo, esconde uma considerável disparidade no rácio de investimento por aluno, quando analisado no contexto concelhio, que varia entre os 1700 Euros por aluno no concelho de Portalegre e os cerca de 8000 Euros por aluno para as intervenções efectuadas no concelho de Alcácer do Sal. Esta disparidade deve-se essencialmente à diversidade das intervenções que podem ir desde a reabilitação de espaços existentes à construção de novos Centros, assim como à capacidade de acolhimento dos mesmos. Considerando que além das salas de aula, todos eles têm um conjunto de espaços com a mesma funcionalidade (refeitório, biblioteca, sala de alunos ...), aqueles que têm menos salas de aula, terão um custo por aluno, mais elevado.

Quadro 19 – Indicadores físicos e financeiros

Concelhos	Nº de Centros escolares construídos	Capacidade de acolhimento dos Centros escolares Construídos	Valor médio do custo total elegível aprovado /aluno	Valor médio do Fundo comunitário aprovado/aluno
	Nº	Nº alunos	Euros	Euros
<b>Alentejo</b>	<b>59,0</b>	<b>15.081</b>	<b>5.846,9</b>	<b>4.567,0</b>
Alvito	1	150	6.139,4	4.911,5
Beja	3	1.525	5.377,4	4.301,9
Castro Verde	1	250	5.551,5	3.886,1
Odemira	1	169	3.597,0	2.877,6
Ourique	2	200	5.241,0	4.192,8
Serpa	2	514	5.665,3	4.506,8
Vidigueira	1	150	4.902,7	3.922,2
Alandroal	2	173	6.846,7	5.477,4
Arraiolos	2	240	7.065,0	5.172,5
Évora	2	499	7.793,6	6.234,8
Montemor-o-Novo	2	440	6.681,2	5.040,2
Redondo	2	518	5.802,3	4.641,8
Reguengos de Monsaraz	1	221	5.374,0	4.299,2
Vendas Novas	1	269	5.585,2	4.468,2
Viana do Alentejo	1	275	6.908,0	5.526,4
Alter do Chão	1	192	9.131,0	7.304,8
Crato	1	155	4.077,1	3.261,7
Ponte de Sor	1	364	5.965,4	4.772,3
Portalegre	1	527	2.179,1	1.743,3
Almeirim	2	750	5.570,5	3.899,4
Alpiarça	1	220	5.475,3	3.832,7
Azambuja	4	948	6.075,1	4.860,1
Benavente	3	869	4.887,2	3.909,8
Cartaxo	1	339	6.730,8	5.384,7
Coruche	3	744	6.158,8	4.927,1
Golegã	2	355	3.533,8	2.827,0
Rio Maior	4	1.022	5.626,5	4.119,3
Salvaterra de Magos	2	920	7.221,1	5.776,9
Santarém	3	900	6.667,3	5.138,6
Alcácer do Sal	2	270	9.949,3	7.959,4
Grândola	2	271	5.754,5	4.603,6
Sines	2	642	4.998,0	3.747,0

Fonte: INALENTEJO

Gráfico 12 - Valor médio do custo total elegível aprovado /aluno



Quadro 20 – Indicadores Físicos e Financeiros por NUT III

Unidade Territorial	Nº de Centros escolares construídos	Capacidade de acolhimento dos Centros escolares Construídos	Valor médio do custo total elegível aprovado /aluno	Valor médio do Fundo comunitário aprovado/aluno
	Nº	Nº alunos	Euros	Euros
<b>Alentejo</b>	<b>59,0</b>	<b>15.081,0</b>	<b>5.846,9</b>	<b>4.567,0</b>
Baixo Alentejo	11	2.958,0	5.345,8	4.225,3
Alentejo Central	13	2.635,0	6.567,0	5.159,1
Alto Alentejo	4	1.238,0	4.608,2	3.686,5
Lezíria do Tejo	25	7.067,0	5.929,1	4.587,1
Alentejo Litoral	6	1.183,0	6.301,3	4.904,7

Fonte: INALENTEJO

Uma análise da capitação do investimento por aluno, no âmbito geográfico das NUT III, evidencia um valor consideravelmente menor nas intervenções feitas em escolas do Alto Alentejo, com um valor médio de investimento realizado por aluno de cerca de 4600 Euros. O Alentejo Central constitui-se como a sub-região onde o investimento realizado foi mais significativo, ascendendo aquele rácio de investimento por aluno a mais de 6500 Euros.

Centro Escolar do Carvalhal - Município de Grandola



